

Além dos desequilíbrios estruturais, que acabamos de analisar, temos na economia capitalista brasileira os desequilíbrios dinâmicos ou macroeconômicos relacionados todos, de uma forma ou de outra, com o equilíbrio e o desequilíbrio cíclicos entre a demanda e a oferta efetivas.

Para compreendermos esses desequilíbrios, devemos partir da natureza do fluxo de capital em uma economia capitalista, nos termos apresentados originalmente por Marx.

Nas economias primitivas a troca era direta. Ou se produzia para autoconsumo, ou se trocava mercadoria, M, por outras mercadorias.

M — M

Nesse tipo de economia, não havia possibilidade de desequilíbrio geral entre a oferta e a procura. Os desequilíbrios setoriais eram rapidamente resolvidos.

Nas economias pré-capitalistas um pouco mais avançadas, surge o dinheiro, D, mas este é exclusivamente um meio de troca, é uma terceira mercadoria de valor universal.

M — D — M

Nesse caso, também as crises gerais são pouco prováveis porque o dinheiro é exclusivamente um meio de troca. É uma mercadoria como as outras que, por seu valor universal e divisibilidade (o ouro, especialmente), é útil como meio de troca.

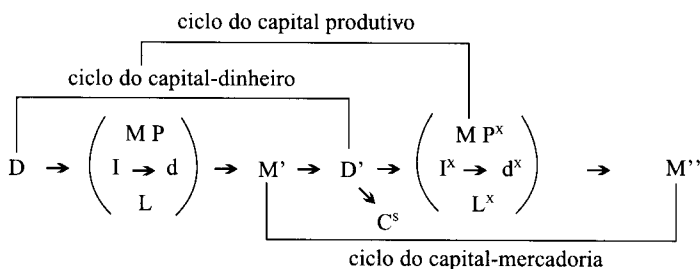
Nos dois casos anteriores, o objetivo de quem troca é o valor de uso da mercadoria que pretende adquirir. As mercadorias são trocadas de acordo com a quantidade de trabalho nelas incorporada e ninguém realiza lucro. Apenas os dois saem ganhando porque a divisão do trabalho (que é a base das trocas) permitiu que cada um se especializasse e produzisse de forma mais eficiente (com menor custo ou, o que vem dar no mesmo, com menor quantidade de trabalho) a sua própria mercadoria.

No caso do capitalismo mercantil, Marx mostra que ocorre uma mudança fundamental: o que interessa ao capitalista mercantil, ao trocar, não é mais o valor de uso, mas o valor de troca das mercadorias. O mercador compra a mercadoria do camponês ou do artesão pelo seu valor-trabalho, mas, graças ao monopólio que o comércio a longa distância permite, revende-a por um preço superior ao valor. Ele começa usando dinheiro para comprar uma mercadoria com valor de troca e assim pode realizar uma quantidade maior de dinheiro,  $D'$ . A diferença entre  $D'$  e  $D$  é o lucro comercial ou especulativo, decorrente do deslocamento entre o valor e o preço. O valor de uso fica como um pressuposto, jamais como um objetivo. O objetivo é maior lucro.

$$D - M - D'$$

Nesse esquema, como nos anteriores, a crise geral do sistema é difícil porque a produção de mercadorias está ainda fora do sistema capitalista. Ela é feita por camponeses ou artesãos. O mercador limita-se à esfera de circulação.

No capitalismo industrial, entretanto, a situação muda. O capitalista começa com dinheiro,  $D$ , mas, em vez de comprar mercadorias acabadas de setores pré-capitalistas, ele compra matéria-primas (MP), equipamentos (I) e força de trabalho (L). Entra, assim, diretamente na esfera da produção, organizando-a como empresário. Com essas três mercadorias (no caso dos equipamentos e edifícios, considerando-se o seu desgaste ou depreciação,  $d$ ), ele produz mais mercadorias,  $M'$ , do que comprou. A diferença entre  $M'$  e  $M$  já não é mais o lucro comercial, mas a mais-valia, originada do emprego da força de trabalho assalariada, originada do fato de que o valor da “mercadoria” força de trabalho é menor do que o valor da mercadoria produzida por essa força de trabalho. Essa mercadoria é transformada em dinheiro, e reinicia-se o fluxo do capital, em um nível mais alto, decorrente da acumulação ampliada.



Nesse fluxo do capital industrial, podemos, inclusive, ver as quatro esferas básicas através das quais flui o capital (esfera da produção, esfera da distribuição, esfera da utilização e esfera da circulação de bens) e os três ciclos do capital (ciclo do capital produtivo, ciclo do capital-mercadoria e ciclo do capital-dinheiro).

A esfera da produção é a fundamental. O capitalista, a partir de seu capital constante, compra mercadorias produtivas. Essas mercadorias produtivas subdividem-se em matéria-prima, MP, depreciação das máquinas compradas (d), além de novas máquinas e edifícios (I) e força de trabalho, L. Organiza, assim, a produção, subordinando o trabalho ao capital, e produz mercadorias,  $M'$ , com um valor superior ao das mercadorias compradas, M. Para realizar essa mais-valia, entretanto, ele precisa vender a mercadoria, transformá-la em dinheiro,  $D'$ , o qual ele reaplica no processo produtivo, comprando novas mercadorias produtivas,  $M'$ . Essa é a esfera da produção que corresponde ao ciclo do capital produtivo.

A esfera da distribuição ocorre juntamente com a da produção e em função dela: para produzir, o capitalista compra força de trabalho, em troca de determinado salário, e realiza uma mais-valia,  $M - M'$ . A produção é assim distribuída na forma de mais-valia e salários. Já a esfera da circulação corresponde tanto ao ciclo do capital-dinheiro, se pensarmos na circulação de dinheiro,  $D - D'$ , quanto ao ciclo do capital-mercadoria, se pensarmos na circulação de mercadorias,  $M' - M''$ .

Esse fluxo do capital, entretanto, está sujeito a crises, a desequilíbrios dinâmicos, próprios do processo de acumulação ampliada capitalista, porque existe uma quarta esfera a ser considerada: a esfera da utilização; a mais-valia obtida pelo capitalista deve ser utilizada na forma de consumo,  $C_s$  (consumo capitalista), ou na de compra de novas mercadorias produtivas ( $MP^x + I^x + d^x + L^x$ ). O consumo dos trabalhadores não aparece no modelo porque é igual aos seus salários que, por sua vez, correspondem à compra de força de trabalho, L.

O problema fundamental é que o capitalista industrial, embora orientado para a produção, conserva o caráter mercantil de um especulador. Em certos momentos, se as perspectivas de lucros não foram consideradas satisfatórias, ele pode preferir entesourar o dinheiro (que é um ativo líquido por natureza), em vez de reinvesti-lo ou consumi-lo. Ele não pode deixar de continuar comprando as matérias-primas e a força de trabalho necessárias para a produção corrente. Mas pode parar por algum tempo a acumulação, suspender o investimento nesse momento. O dinheiro, além de meio de troca, é uma reserva de valor, que ele, para se precaver contra a incerteza do futuro

e especular, prefere guardar de forma líquida, em dinheiro, em vez de imobilizar em investimentos.

Quando caem os investimentos, os produtores de bens de capital e as construtoras de fábricas e edifícios de escritório não têm mais para quem vender. Cai a demanda agregada, cai o emprego, também os produtores de bens de consumo deixam de ter para quem vender. Desencadeia-se a crise cíclica de realização. Os capitalistas, que antes não queriam transformar  $M'$  em novas mercadorias (não queriam comprar bens intermediários ou investir), agora não conseguem transformar  $M'$  em  $D'$  (não conseguem vender no mercado todos os bens que produziram).

No Brasil, enquanto o capital mercantil dominava, crises dessa natureza não existiam. Ocorriam crises, mas eram mero reflexo das crises internacionais, da baixa do preço do café ou de outro produto de exportação brasileiro nos mercados internacionais. Foi o que aconteceu em 1930, e em muitas ocasiões anteriormente.

Entretanto, a partir dos anos 50, quando o capital industrial já é claramente dominante, quando a esfera da produção já está firmemente inserida no modo capitalista de produção, as crises ou as chamadas flutuações cíclicas tornam-se endógenas, ou seja, passam a ter sua origem internamente na economia brasileira, embora possam ser também reflexos de crises internacionais.

A primeira crise que ocorre na economia brasileira é a de 1962-66, com seu ponto mais baixo em 1965. A segunda passa a ocorrer a partir de 1974, após o fim do “milagre” 1967-1973 (agravando-se em 1981). Em ambas as crises, a taxa de crescimento da renda cai verticalmente. Entre 1962 e 1966, o aumento da renda por habitante fica próximo de zero; a partir de 1974, a taxa de crescimento volta a cair substancialmente, mas a manutenção das despesas do Estado, inicialmente através do programa do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que logra altas taxas de crescimento para a indústria de bens de capital, permite que o nível de atividade econômica se mantenha em um nível razoável, embora bem inferior ao período imediatamente anterior. A redução dos investimentos governamentais e a severa contenção dos investimentos públicos, a partir de meados de 1980, entretanto, agravam a situação, de forma que em 1981 as elevadas taxas de desemprego e redução da produção industrial indicaram que o país entrou numa grave recessão.

Em ambos os casos, o fluxo do capital interrompeu-se parcialmente porque as empresas decidiram investir menos e entesourar mais. Em ambos os casos, essa redução dos investimentos decorreu, em parte, da própria dinâmica cíclica do sistema capitalista. Os investimentos e os lucros haviam

crescido mais rapidamente do que os salários, de forma que a partir de certo momento o consumo não acompanhou a produção de bens de consumo.

Mas, em ambos os casos, a política econômica do Governo, procurando corrigir os desequilíbrios causados pela sobre-acumulação (inflação e desequilíbrio externo), aprofundou e agravou a crise. De fato, os investimentos excessivos ocorridos durante o período de expansão causaram não apenas desequilíbrio entre a oferta e a procura agregada, mas, também, inflação e desequilíbrio nas contas externas do país. Durante certo período, o Governo continua a estimular a economia e a prolongar o ciclo expansivo, mas, em seguida, quando os desequilíbrios se tornam manifestos, muda de política econômica e provoca a “recessão saneadora”. Esta pôde lograr certa redução na taxa de inflação e nas importações, mas a um custo econômico e social muito altos.